

O INTUITO PEDAGÓGICO NAS CRÔNICAS E NOS LIVROS DIDÁTICOS MEDIEVAIS PORTUGUESES

SUSANI SILVEIRA LEMOS FRANÇA*

O INTUITO PEDAGÓGICO NAS CRÔNICAS E NOS LIVROS DIDÁTICOS

Os duros anos que sucederam à crise de 1383-5, anos em que coube ao rei D. João I ocupar-se, por um lado, da pesada tarefa de concretizar a independência da nação, por outro, da não menos pesada tarefa de administrar um reino saído de uma grave crise política, parecem ter sido propícios para o fortalecimento de uma produção literária voltada para a formação da nobreza, principalmente daquela que ascendeu após essa crise. Um movimento de exaltação do livro e daquilo que ele proporciona ganha intensidade em Portugal. Movimento que se traduz tanto num discurso apologético, ressaltando as virtudes e virtualidades da escrita, quanto em ações efetivas no sentido de promover a produção livresca e de aumentar o acesso dos leigos à leitura. No que se refere ao primeiro aspecto - que aqui nos interessa em particular -, os escritores não se limitaram a exaltar o valor dos livros. No afã de justificar e defender que pela *scriptura* se preservavam os saberes, eles foram além e trataram de definir o próprio papel das obras que foram produzidas no seu tempo, isto é, traçaram as linhas mestras da atividade de escrever, estabeleceram os objetivos que deveriam nortear a produção escrita e, por fim, buscaram explicitar as motivações fundamentais desse importante fazer. A mais evidente dessas motivações relaciona-se, sem dúvida, com a transmissão de bons ensinamentos, sobretudo de teor moral. Tanto nos tratados elaborados pelos três senhores de Avis, D. João I (1357-1433), D. Duarte (1391-1438) e o infante D. Pedro (1392-1449), quanto na historiografia patrocinada ou incentivada por eles, esse objetivo é diversas vezes declarado. Vejamos em que sentido, para que possamos perceber o valor e a função dos livros no final da Idade Média em Portugal.

* Mestre em Literaturas de Língua Portuguesa pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Doutoranda em Cultura Portuguesa na Universidade de Lisboa.

Em carta de 1433 ao seu irmão D. Duarte, na altura em que ia assumir o trono, o infante D. Pedro reafirma a importância que atribuía aos livros, ao recomendar-lhe que visse *muytos liuros que ensynarom os reis e príncipes que grandes deuem ser* e que deles tivesse alguns, porque lhe parecia que falavam *geralmente das uirtudes que a todo homem pertencem*, entre as quais não faltavam aquelas que *fazem o Rey mais glorioso ante deus e ante os que uerdadeiramente Julgão*¹. Foi essa mesma funcionalidade que tivera em mente ao escrever, entre 1418 e 1425, o seu tratado da *Virtuosa Benfeitoria*. O infante declara que não a compôs para *buscar nouo fingimento, mas por fazer proueyto a ele mesmo e a outrem*².

Seu pai também pretendia que os seus escritos não constituíssem um conjunto de exercícios retóricos, sofisticados e sem finalidade prática. No *Livro da Montaria*, afirma que...*os livros nunca foram feitos senom pera aquelles que que nom sabem e querem aprender, que aprendam per elles, ou se o sabem que o retenham (...)*.

Sua consideração, como se pode observar, não se restringe à defesa da utilidade do seu livro, antes remete para os livros em geral, cuja função primordial, no seu entender, era ensinar e fixar conhecimentos, dado que *a memoria nom poderia reteer que o podesse mais perfeito e tostemente achar sem escriptura per ella (...)*³.

D. Duarte, igualmente, vê nos livros a mais segura maneira de *arte memorativa*, por serem eles capazes de transmitir e preservar os bons ensinamentos. Razão pela qual recomenda que a sua leitura seja sempre feita desde o princípio e nunca em grandes quantidades para que não se perca a disposição e se possa melhor apreender os ensinamentos. Os proveitos de uma boa leitura são, segundo ele, três:

Primeiro, despender aquel tempo em bem fazer. Segundo, acrescentar em boa sabedoria. Terceiro, por o cuidado, quando estiver occioso, avendo lembrança do que leeo, nom se occupar em alg-uus nom boos pensamentos, ante retornando ao que aprender acrescentar em boo saber e virtude⁴.

O rei reitera, portanto, a função dos livros de aperfeiçoar os leitores. Mas é em passagem anterior, quando adverte sobre os perigos de uma leitura inadequada, que mais diretamente afirma o intuito pedagógico do seu livro. O

¹ *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte*, p. 75.

² Infante D. Pedro, *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, liv. I, cap. XI, p. 549.

³ D. João I, *Livro da Montaria*, liv. I, cap. XV, p. 57.

⁴ D. Duarte, *Leal Conselheiro*, pr., p. 239.

autor procura deixar claro que a leitura de livros de ensinamentos não é como a leitura de *livro destorias*, que serve para fazer passar o tempo e para desenfadar. Segundo ele, os tratados que reúnem *boas e virtuosas ensynanças*, exatamente por visarem ensinar aqueles que não sabem ou aperfeiçoar e reavivar o conhecimento dos que já sabem, exigem que o entendimento trabalhe, não que ele descanse. Por essa razão, D. Duarte insiste sobre a relação íntima entre a dose de leitura e o bom entendimento: *se podees aturar em ler doze folhas non leaes mais de tres ou quatro e aquesto he por o entenderderdes melhor (...)*⁵.

Também em defesa do bom aproveitamento dos ensinamentos reunidos no seu livro, o rei indica os destinatários visados, alegando que esse aproveitamento depende também da disposição e condição daquele que lê:

E tal trautado me parece que principalmente deve perteeçer pera hom~ees da corte que alg~ua cousa saibham de semelhante sciencia, e desejem viver virtuosamente, por que aos outros bem penso que nom muyto lhes praza de o leer nem ouvir⁶.

Do mesmo modo, o Infante D. Pedro crê que o seu livro é *assaz perteeçente pera os príncipes e grandes senhores (...)*⁷, pois esses *som posuydores das rriquezas temporaaes, de que a muytos podem fazer bem e merçees*, tendo, portanto, *melhor desposiçom pera usar da doutrina da virtuosa benfeitoria*, sobre a qual disserta⁸. Assim, leitura doseada e leitores aptos para receber e praticar os ensinamentos são apontados por D. Duarte e pelo infante como condições prévias para se atingir o principal objetivo dos livros didáticos: formar o nobre, sobretudo moralmente.

Mas D. Duarte não fica por aí. Num outro dos seus livros, o *Livro da ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, apresenta mais um requisito para o alcance do objetivo pedagógico: a adequação do livro ao que se quer ou se deve aprender. Nesse momento, estabelece uma distinção entre os livros do gênero que escreve e as crônicas. Segundo ele, os livros de filosofia moral ensinam os bons costumes e o seguimento das virtudes, as crônicas e os livros sobre a guerra ensinam aos cavaleiros e senhores coisas muito úteis em tempos de necessidade⁹. Confrontemos este e os demais pareceres citados com os dos próprios cronistas, especialmente Fernão Lopes, Zurara e Rui de Pina, para

⁵ *Livro dos Conselhos de El-rei D. Duarte*, p. 148.

⁶ D. Duarte, *Leal Conselheiro*, pr., p. 239.

⁷ Infante D. Pedro, *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, ded., p. 529.

⁸ Id., *ibid.*, liv. I, cap. I, p. 536.

⁹ D. Duarte, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar*, 5ª p., cap. XV, p. 121.

tentarmos perceber as semelhanças e dessemelhanças da sua concepção de escrita em comparação com a daqueles autores.

Zurara, em carta ao rei D. Afonso V, defende a importância de se escrever uma crônica sobre o Infante D. Henrique a fim de que a sua virtuosa vida fique como exemplo para os príncipes portugueses que lhe sucederão e também para os príncipes estrangeiros. O cronista usa a imagem do espelho para falar dos benefícios da história. Segundo ele, o

...memoriall das uirtuosas obras (...) çertamente he aquelle espelho, que Socrates grande filosofo mandaua que os home~es mamçebos esguardassem a meude, por tall que os boõs feitos de seus amteçessores fossem a elles proueitoso emsino (...)¹⁰.

Frei João Álvares, em *Vida do Infante D. Fernando*, citando São Gregório: «*justa cousa he de seer em continuada memoria antre os homens aquele que mereçeo de seer aloiado em conpanha com os angios*», diz que alguns que viveram virtuosamente são dignos de memória¹¹. Perpetuar a memória desses é, segundo ele, de inegável importância, mas ainda mais importante é o benefício para os que dela puderem servir-se:

A memoria das cousas pasadas da conhecimento para as do presente e auisamento das que som por vijir. E asy os notauees factos dos antigos se põem em escripturas para suas obras vertuosas seerem em nembrança por ensinaça e doutrina de nos outros¹².

Rui de Pina vem reafirmar a função da história de servir o presente e os tempos vindouros, ao compará-la, numa apologética enumeração dos seus benefícios, a uma *liberal princesa de todo bem*, cuja conversação traz sempre melhoramento para o interlocutor:

...a doutrina hystorial, polo grande provimento dos verdadeiros enxemplos passados que consigo teem, he assi doce e conforme a toda a humanidade, que atem os maos que per liçaõ, ou per ouvida com ella partecipam torna logo boõs, ou com desejo de o seer: e os boõs muyto melhores. Cuja virtuosa força he tamanha, que per obras ou vontade, dos

fracos faz esforçados, e dos escassos liberaaes, e dos crûs piadosos, e dos frios na Fé Catolicos e boõs Christaaõs; e asy discorrendo per totalas outras virtudes¹³.

¹⁰ G. E. de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. XXXVIII, p. 118.

¹¹ Frei João Álvares, *Crónica do Infante Santo D. Fernando*, pr., pp. 2-3.

¹² Id., *ibid.*, p. 3.

¹³ Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte*, pr., p. 487.

O cronista crê que a história tem o inestimável dom de alterar comportamentos e despertar os leitores para as virtudes. Para ele, os livros, especialmente os de *Estoria*, eram como conselheiros mortos, sempre prontos a ensinar e a dar *verdadeiros e saãos conselhos, muy livres e ysentos das paixooens dos Conselheiros vivos (...)*¹⁴.

Nas crônicas de Fernão Lopes, é também atribuída à história a função de incentivar práticas virtuosas. No prólogo da Segunda Parte da *Crónica de D. João I*, o cronista louva as *bomdades* de D. João I e, em certa altura, revela a sua expectativa de que *os reis que depois el veerem, assy como de meestre, per exemplo apremdam a hordenamça do real regimento (...)*¹⁵. Também as virtudes e grandes feitos de Nuno Álvares Pereira abrem caminho para que Fernão Lopes deixe a sua mensagem moral. Ele declara que pretende *seguir seus exçellemtes autos*, porque, ainda que *a algu~us nom prazam, outros com aguilhoões de proveitosa emveja podem espertar a fazer semelhamtes*¹⁶. Reafirma a mesma ideia no capítulo em que resume os modos que o condestável tinha em conduzir a guerra e conduzir-se nela, alegando que o faz *nam soo por louuor delle, que o bem mereçe, mas por ser exemplo aos que an de vir, mórmente aos que seu luguar e officio tiuerem*¹⁷. Mas ainda que sejam esses exemplos de virtude, boa conduta ou grandes feitos os que melhor lhe servem no seu empenho pedagógico, o cronista não se exime de narrar também os acontecimentos que julga menos dignos de louvor, por julgá-los úteis para ilustrar condutas a serem evitadas:

Nos nom dissemos a morte do meestre Dom Fradrique e do Iffante Dom Joham da guisa que ora ouvistes, por nos prazer contar crueldades; mas posemollas huum pouco assi compridas mais que dos outros, por que eram notavees pessoas, e veerdes o geito que elRei [D. Pedro de Castela] teve em nos matar¹⁸.

Na sua perspectiva, dar a conhecer as passagens negativas, quando o envolvido é da qualidade de rei ou de grande senhor, também encerra ensinamento, pois revela aquilo que não compete ao seu estado.

Esse intuito didático, de fundo moral, todavia, embora possa ser identificado nas crônicas e nos livros didáticos, desenvolve-se em um e outro caso de maneira diversa. Vejamos com mais detalhes como a intenção pedagógica é construída em cada um desses gêneros.

¹⁴ Id., *Crónica de D. Afonso V*, pr., p. 583.

¹⁵ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I. Parte Segunda*, pr., p. 3.

¹⁶ Id., *Crónica de D. João I. Parte Primeira*, cap. XXI, p. 56.

¹⁷ Id., *Crónica de D. João I. Parte Segunda*, cap. CXCIX, p. 443.

¹⁸ Id., *Crónica de D. Pedro*, cap. XXII, p. 103.

Os textos didáticos medievais, por preconizarem preceitos morais, ora sustentados sobre verdades historicamente estabelecidas, ora sobre a experiência, partem em geral de uma afirmação, entendida como verdadeira, e desenvolvem-na, procurando extrair dela novos ensinamentos. Essa faceta doutrinal, ostensiva nesses textos, ampara-se em grande parte numa associação entre escrita e experiência. Na experiência, aquele que escreve encontra os subsídios para os seus escritos, como afirma D. Duarte no *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela: E ssobr'ello screverey brevemente segundo per mym achey certa pratica (...)*¹⁹. Também na experiência, sobretudo pessoal, o escritor busca legitimar os seus escritos. Segundo ele, os escritos amparados na experiência permitem que os leitores saibam que não escreve do que ouviu, *mes daquello que per grande custume tem aprendido*²⁰. A experiência particular do que escreve surge, assim, como o que fornece, valoriza e confirma a verdade do enunciado. Tanto mais por tratarem-se os autores, nesses textos específicos, de reis ou infantes, a quem, segundo o mesmo D. Duarte, cabia a maior parte da responsabilidade na difusão e preservação das virtudes:

E sse estes nom as começam e dellas nom querem husar, nom sperem que gente meuda aja dellas tal pratica que muyto valha. Mas do exemplo dos senhores e dos principaaes, como dicto he, toda casa ou reyno filham grande exemplo em semelhante²¹.

É assim que os exemplos pessoais surgem a toda a prova nos seus textos. Ao dissertar sobre a doença do *humor menencorico* que se abateu sobre ele, diz que se propôs escrever o *começo, persseguimento e cura que del [da doença] ouve*, de tal modo que a sua *speriencia a outros seja exemplo*²².

D. João I, embora não afirme tão explicitamente o fundamento empírico dos seus escritos, deixa-nos indícios, logo na introdução do seu livro, de que escreve com base no que viu e viveu. Explica o rei que, vendo ele *como o joguo de andar ao monte era tam bõo, e tam proueitoso (...)* e que, ainda assim, faltavam livros *que dessem ensino a aquelles, que ouvessem sabor de serem monteyros (...)*, trabalhou *com a ajuda de Deus de fazer este liuro da montaria (...)*²³. A escolha da matéria do seu livro aparece, pois, condicionada à sua experiência e, conseqüentemente, todo o desenvolvimento do assunto vai, em larga medida, encontrar os seus fundamentos na sua vivência pessoal: ...e

¹⁹ D. Duarte, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar*, 5ª p., cap. III, p. 73.

²⁰ Id., *ibid.*, 5ª p., cap. XIV, p. 116.

²¹ Id., *ibid.*, 5ª p., cap. XV, p. 119.

²² Id., *Leal Conselheiro*, cap. XIX, p. 272.

²³ D. João I, *Livro da Montaria*, pr., pp. 7-8.

porque esto uimos, por os monteiros seerem sabedores do que em tal cousa ajam de fazer, se lhes acontecer (...), o escreuemos em este liuro²⁴. As situações já vividas, os erros cometidos ou os acertos conseguidos davam aos ensinamentos o grau de certeza que justificava que fossem escritos.

A experiência pessoal, contudo, não é a única a fundamentar os ensinamentos desses senhores. O Infante D. Pedro, por exemplo, apesar de confessar que só se enclinou a sua *uoontade a fazer esta obra, aos príncipes muy perteeçente*, por ter sido também ele gerado entre eles - ou seja, conquanto sugira que ninguém melhor do que um príncipe, com a experiência de o ser, para falar do que convém aos príncipes²⁵ -, confere à sua experiência pessoal um papel secundário. Declara ele que procurou fundar os seus ensinamentos principalmente em outros escritores, pois compôs o *Livro da Virtuosa Benfeitoria nom como meestre e enssinador, mais como discipullo que screue o que ouuyo (...)*²⁶.

Não é, contudo, apenas ele que recorre frequentemente a autores consagrados. D. João e D. Duarte apregoam, como vimos, que escrevem amparados sobretudo na sua experiência vivida, mas evocam muitas vezes as reflexões de grandes pensadores, clássicos e cristãos. São comuns as passagens extraídas de ou inspiradas em escritores como Aristóteles, Ovídio, Marco Túlio Cícero, Sêneca, Valério, Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e outros. Cada uma delas, tal como nos textos do infante D. Pedro, ilustra um ensinamento específico e, de um modo geral, exerce uma função similar, a de reafirmar ou confirmar o que pontualmente está sendo defendido. É isso que faz D. João quando defende que *correr monte é ação sem qualidade em si mesma*, pois o seu mérito ou demérito depende principalmente da intenção do monteiro. Ampara-se na máxima de Santo Agostinho que diz *que mais para Deus mentes a que fim o homem faz o que faz, que na obra que he feita (...)*²⁷.

D. Duarte, muito mais amiúde do que seu pai, recorre aos filósofos para legitimar ou confirmar as suas proposições. Ao falar dos perigos da conversação *fora de boa maneira* entre homens e mulheres, por exemplo, anuncia o rei que para reafirmar o que disse mandou *screver h~uu capitollo do livro que fez sam Thomas de Equino*, e faz seguir o capítulo²⁸. As citações nem sempre são tão extensas, mas são quase sempre relevantes, na medida em que cumprem função comprobatória, inspiradora ou demonstrativa. Algumas

²⁴ Id., *ibid.*, liv. I, cap. XIX, p. 82.

²⁵ Infante D. Pedro, *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, liv. I, cap. III, p. 536.

²⁶ Id., *ibid.*, liv. I, cap. II, p. 535.

²⁷ D. João I, *Livro da Montaria*, liv. I, cap. V, p. 25.

²⁸ D. Duarte, *Leal Conselheiro*, caps. XLVI e XLVII, pp. 336-341.

formas ou fórmulas introdutórias são especialmente ilustrativas dessa relevância: ...segundo Seneca no tratado da Provydencia Dyvyna muy compridamente prova e declara..., ...dos seus muytos boos dictos [de Marco Túlio Cícero no livro De Officiis] alg~uus em soma aqui fiz screver..., ...esto muy declaradamente he declarado specialmente na sexta collaçom... [Livro das Colaçoões]²⁹. D. Duarte, como se vê, não se furta a enriquecer os seus escritos permeando-os de citações. Ele próprio confessa:

...ca eu mesturo moral fillosafia, de que alg~ua parte vi, com seus mandados e dictos dos sanctos e catholicos sabedores, que a mais perfeitamente que os fillosafos entenderom, e derom acabadas enssynanças, consiirando o que dello naturalmente per meu sentido entendo, e do que vejo, ouço e conheço em mynha maneira de vyver e dos outros³⁰.

Confissão simples e sintética, por ela ficamos a saber que, para o escritor, era importante deixar claro que a sua apreensão dos filósofos e de outros sabedores era inevitavelmente filtrada pela sua experiência pessoal e limitada pela sua capacidade intelectual.

No que se refere ao infante D. Pedro, a fundamentação em outros autores, como já adiantámos, é igualmente repetida. Logo no início, informa que trabalhou sobre a obra em latim que Séneca dedicou aos *auctos dos beneficios*, procurando uni-la *toda com outras cousas que a esto eram compridoyras, fazendo noua compilaçom proueytosa (...)*³¹. Afora Séneca, vários outros pensadores inspiram o infante. A lógica expositiva, seguida no tratado, permite desenvolver um conjunto variado de temas a partir de proposições tomadas a diversos filósofos. Assim, fazendo uso no início dos capítulos de estruturas como: *Sentença he de aristotelles no primeirro liuro da transçendente philosophia...*; *O doctor sam thomas no ij liuro da soma da theolisia nos ensina que...*; *Ensinança nos da tullio...*; *La socrates antigo philosopho, pos h~ua sentença...*³², o infante abre caminho para iniciar a sua argumentação.

Mas não apenas como mote D. Pedro se serve das reflexões dos filósofos. Por vezes, uma afirmação inicial dele próprio é respaldada num dito filosófico: *E pera declaraçom daquesto, aprendamos que diz aristotilles...*³³. Outras vezes, a própria conclusão é apreendida de um filósofo: *Por conclusom de todas estas*

²⁹ Id., *ibid.*, caps., LIII, LVIII e LXXXVI, pp. 352, 365 e 406.

³⁰ Id., *ibid.*, cap. CIII, p. 442.

³¹ Infante D. Pedro, *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, liv. I, cap. II, p. 534.

³² Id., *ibid.*, livs. I e II, caps. III, XI, V e XV, pp. 535, 547, 571 e 591.

³³ Id., *ibid.*, liv. II, cap. III, p. 567.

rrazões, notemos *h~ua graçiosa conclusom que seneca nos ensina...*³⁴. E mais. Há, ainda, aquelas situações em que o escritor confessa fundar-se ou basear-se em um ou outro filósofo para tratar de determinado tema: *E o primeiro* [refere-se à primeira repartição dos benefícios destinados à comunidade] *he fundado em h~uu uerdadeyro dizer do philosofo plato...*³⁵ ou *E rrespondendo aa primeyra rrazom, saybhamos que aristotilles diz...*³⁶.

Das citações bíblicas, também os referidos autores extraem diversos tipos de ensinamentos. Numa época em que contrariar os mandamentos da lei de Deus podia resultar em prejuízos não só para a vida, mas principalmente para a eternidade, fundar os ensinamentos na Sagrada Escritura era prática mais que habitual. Transmissora da palavra de Deus, a Sagrada Escritura era fértil em ilustrações das qualidades, vícios e proezas dos homens. Frases como: *...e ainda nosso senhor Jesu Christo disse no euangelho da cea(...)*³⁷, *E desto auemos exemplo no euangelho (...)*³⁸, *...segundo se conta em o euangelho(...)*³⁹ aparecem diversas vezes nos livros didáticos. Ilustrar com passagens bíblicas era de algum modo afirmar a intemporalidade do ensinamento, pois a crença numa verdade previamente dada, melhor, numa verdade deixada por Deus nas coisas, amparava-se, sobretudo, no livro sagrado.

Os ensinamentos amparados na experiência ou aqueles respaldados em escritores e livros consagrados são ainda acompanhados - às vezes se confundem com esses - de outros de contornos mais descritivos, quase desprovidos de teor moral. No dizer de D. Duarte, eles servem para *cada h~uu conhecer se acerta bem em esta manha (...)*⁴⁰. São ensinamentos cuja principal função é contemplar as diversas virtualidades de uma determinada situação e fazer com que os envolvidos *saybam o que am de fazer*⁴¹. No que se refere a essa forma de pedagogia, o *Livro da Montaria* e o da *Ensinança de Bem Cavalgar* mostram-se mais pródigos que os demais, pois neles se procura demonstrar como devem agir caçadores ou cavaleiros diante das adversidades que se apresentam no decurso de uma caçada, de uma justa, de um torneio ou de uma qualquer acção guerreira.

³⁴ Id., *ibid.*, liv. II, cap. X, p. 581.

³⁵ Id., *ibid.*, liv. II, cap. XXII, p. 614.

³⁶ Id., *ibid.*, liv. II, cap. XX, p. 609.

³⁷ D. João I, *Livro da Montaria*, liv. II, cap. I, p. 127.

³⁸ Infante D. Pedro, *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, liv. I, cap. XIII, p. 551.

³⁹ Id., *ibid.*, liv. V, cap. V, p. 747.

⁴⁰ D. Duarte, *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar*, 5ª p., cap. XIII, p. 111.

⁴¹ D. João I, *Livro da Montaria*, liv. I, cap. XIX, p. 82.

Ainda dignos de nota nos livros em estudo são os ensinamentos por via negativa. Para melhor atingirem o seu objetivo doutrinal, os escritores, em alguns casos, ao invés de apresentarem as condutas adequadas, optam por dar a conhecer as condutas que devem ser evitadas. O objetivo continua a ser o mesmo, porém, opta-se por estimular práticas virtuosas dando a conhecer os prejuízos que resultam do seu não exercício. Segundo D. Duarte, *os exemplos nos demonstram a manifesta perda que jaz em tal pecado*⁴².

Nas crônicas, a intenção moralizadora, que vimos assumida pelos próprios cronistas, constrói-se de outro modo. Em primeiro lugar, é importante chamar a atenção para o fato de que a experiência pessoal daquele que escreve tem valor diminuto nesse gênero. As crônicas não existem senão para preservar a memória dos reis, príncipes e nobres notáveis, portanto, a experiência que aqui conta é a desses protagonistas. Rui de Pina resume esse fundamento da história, na seguinte passagem:

...e que a invenção, e cuidado deste Officio d'escrepver de huma onestidade, e razam a quaaesquer boões, e vertuosos por seu galardam se possa atribuyr, ainda por huã outra spicialidade d'obligatorios exemplos, e singulares merecimentos, aos Reys, e Principes mais propriamente se deve. E por tanto hé tam necessario, e proveitoso screpver-se delles, mais que dos outros, que aos que neste mundo bem, e directamente vivéram, esta calidade de satisfaçam se denegou (...)⁴³.

O compromisso por excelência dos cronistas é, pois, narrar a vida desses homens e os acontecimentos que protagonizaram. Toda e qualquer intenção pedagógica surge assim condicionada a esse compromisso fundamental.

O primeiro passo dos cronistas é no sentido de consolidar a ideia de que os senhores deveriam controlar a sua conduta e zelar pela sua aparência para que se fizessem merecedores da herança que receberam dos seus antepassados. Segundo Fernão Lopes, é nos reis e senhores que *mais resplamdeçe qualquer virtude, ou he feo o seu comtrairo (...)*⁴⁴. Tendo isso em conta, os cronistas procuram incluir nos seus ensinamentos desde os cuidados necessários com o corpo e a aparência até a forma ideal de atuação na esfera pública, passando pelos bons fundamentos das relações interpessoais.

Essas incursões pedagógicas têm lugar no decorrer das crônicas, mas encontram nos prólogos ou nos retratos dos protagonistas lançados em certas alturas dos textos o seu campo privilegiado. Quando descreve D. João II, por exemplo, Rui de Pina aproveita para sugerir que cultivava uma virtude que a

⁴² D. Duarte, *Leal Conselheiro*, cap. XV, p. 267.

⁴³ Rui de Pina, *Crónica de D. Duarte*, pr., pp. 487-488.

⁴⁴ Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro I*, cap. XXX, p. 141.

todos os reis era conveniente: preocupava-se antes com o governante do que com o homem. Segundo o cronista, D. João II foi

...Princepe muy cerimonial; pola qual as cousas de sua honra, e Estado, quis que em todolos tempos sempre a elle fossem fectas, e guardadas com grande veneraçam, e muito acatamento, de maneira, que em todas parecia sempre lhe esquecer que era homem, e nunca lhe leixava de lembrar que era Rey, e grande Senhor⁴⁵.

Apresenta também, em tom elogioso, os comportamentos temperados desse rei, de D. Duarte, do infante D. Pedro, do infante D. Henrique e de D. Afonso V no que se refere à entrega aos prazeres da carne.

Fernão Lopes e Zurara, do mesmo modo, façam mão de recursos pedagógicos quando descrevem seus protagonistas. Ao qualificar D. Pedro I de *muito viandeiro*, por exemplo, Fernão Lopes ressalva que o era *sem seer comedor mais que outro homem (...)*⁴⁶, deixando assim claro que a alimentação desmedida não era recomendável para os reis. Também quando qualifica D. João I, D. Filipa e Nuno Álvares Pereira - mais modelar dos virtuosos, no seu entender -, o cronista encontra campo fértil para educar os que lhes sucederiam nas suas funções. Entre as muitas virtudes que destaca no casal de Avis, tais como a fidelidade conjugal, a temperança nos atos da carne, a liberalidade e o cumprimento de outras regras da sua condição régia, o cronista exalta a singeleza das frases de D. Filipa - a qual, segundo o historiador, *auia huuma chaã conuersaçam, proueitosa a muytos sem oufana de seu real estado* e usava sempre de *doços e graçiosas pallavras a todos praziueeis douuir*⁴⁷ - e a decência no falar de D. João I. Diz o cronista que a sua

...conuersaçam era de bramdos e homrosos costumes e praziues mandados de comprir, husamdo sempre de mesuradas pallauros e cortesese, e nenhuma torpeza nem villaão fallar nunca foy ouuido de sua boca⁴⁸.

Nuno Álvares era igualmente louvável no seu modo de expressar, mas era ainda mais na sua devoção. Foi o primeiro a ouvir duas missas por dia, alegando que *...assi como os senhores tiinham avantagem de m-udanall exçellemçia sobre ho outro comu-u poboo, assi nas sprituaaes obras deviam teer gramde melhoria*.

O condestável, segundo Fernão Lopes, punha efectivamente em prática aquilo que defendia. Além de não faltar per *nehu-ua guisa* aos ofícios divinos,

⁴⁵ Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, cap. LXXXII, p. 1031.

⁴⁶ Fernão Lopes, *Crónica de D. Pedro I*, cap. I, p. 7.

⁴⁷ Id., *Crónica de D. João I. Parte Segunda*, cap. XCVIII, p. 211.

⁴⁸ Id., *ibid.*, pr., p. 2.

nem mesmo se chegasse uma *pessoa por grande e poderosa que fosse*⁴⁹, evocava com frequência o nome de Deus, apreciava as procissões e romarias, reverenciava as coisas sagradas e zelava por elas⁵⁰, lembrava-se sempre de orar antes dos combates e não se esquecia de fazer caridade⁵¹.

Quanto aos retratos que Zurara traça dos seus protagonistas, há também muitas indicações das condutas apreciáveis ou condenáveis nos nobres. O infante D. Henrique é o mais exemplar dos nobres que retrata. Nele, são ressaltadas qualidades como a devoção, a temperança, o decoro e o empenho no trabalho. Esta última qualidade, o cronista exalta com maestria, dizendo que o infante passou todos os seus dias *em grandissimo trabalho*, sendo incontáveis as noites em que *seus olhos não conheceram sono, e o corpo assim austinado, que quasi parecia que reformava outra natureza*⁵². Além dele, D. Filipa, D. Duarte, o conde D. Pedro de Menezes e o seu filho D. Duarte, entre outros, fornecem todos matéria para que Zurara ponha em prática seus objetivos pedagógicos. Descreve ele, por exemplo, que D. Filipa foi tão virtuosa e obediente a D. João que procurava vencer a pouco *esforçada natureza das mulheres*, quando as decisões eram acerca de feitos arriscados⁵³, e corresponder às expectativas do marido. Sobre o conde D. Pedro de Menezes, conta o historiador que era homem *de graciosa palavra, (...) que falava sabedormente, como aquelle que em sua mocidade aprendeo muito das Artes Liberaes (...)*⁵⁴. E os exemplos multiplicam-se, pois Zurara nunca perde a oportunidade de apontar quais eram as condutas recomendáveis ou não para os nobres.

Além dos prólogos e dos retratos, Fernão Lopes, Zurara e Rui de Pina encontram meios de, no decorrer das suas crônicas, diante de uma acção louvável ou de uma condenável, deixar a sua mensagem moralizadora. Fernão Lopes, em capítulo que fala sobre os filhos de D. João I, dá indicações sobre as relações proveitosas entre pais e filhos. Relata que esses infantes *sayram todos taees e tão boons* que não havia notícia de outros reis na Espanha ou em terras mais distantes terem tido filhos semelhantes. A razão de tamanha distinção era

...porque se as cjuces e humanaes leix, e tambem a escriptura como em naço~ees de gentes, todos outorgam que os filhos, em qualquer estado e comdiçam que sejam, hobedeçam senpre a seus padres, louuando muyto os que o asy fazem, avendo por maa e excomungada qualquer desobydyencia que o fylho per pallaura hou

⁴⁹ Id., *Crónica de D. João I. Parte Primeira*, cap. CXCIII, p. 375.

⁵⁰ Id., *Crónica de D. João I. Parte Segunda*, cap. CXCIX, p. 447.

⁵¹ Id., *ibid.*, cap. CC, p. 450.

⁵² G. E. de Zurara, *Crónica de Guiné*, cap. IV, pp. 22-23.

⁵³ Id., *Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. XXXVIII, p. 120.

⁵⁴ Id., *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, cap. XIII, p. 248.

feyto contra seu padre mostra, os fylhos deste nobre Rey jnteiramente tem tal louoor; ca todos lhe foram sempre tam obedientes, asy solteiros como cassados, que nenhum estado nem creçentamento de honrra os pode mudar pouco nem muyto do santo preposyto da obydyencia⁵⁵.

Como Fernão Lopes, ao narrar que D. Filipa foi proibida de jejuar pelos seus confessores e físicos - sob a alegação de que, devido à sua frágil compleição, *a dita abstinemçia seria muy perijgosa pera sua uida (...)* -, Zurara aproveita o exemplo para lembrar uma recomendação muito útil de Santo Agostinho: *cada hu-u tenha tall temperamça em seu jeiu-u ou oraçom, per que lhe fique liure poder pera husar das outras uirtudes (...)*⁵⁶. Rui de Pina, por seu lado, nem mesmo quando fala de festas se esquece de estabelecer parâmetros valorativos. Quando relata as faustosas festas que tiveram lugar por ocasião do casamento do infante D. Afonso, filho de D. João II com a princesa D. Isabel de Sevilha, elogia o fato de que tudo foi preparado com ...tanta diligênci, e abastança, e perfeçam; e as festas foram em tudo tam ricas, e tam Reaaes, que ja sempre em Espanha seram lembradas por soos, e sem comparaçam (...).

E ainda mais, escolhe falar sobre algumas das providências tomadas para tais festas *pera memoria destas, e exempro d'outras (...)*⁵⁷.

Mas não era, tal como no caso dos livros didáticos, só com exemplos positivos que os historiadores buscavam atingir os seus objetivos pedagógicos. Fernão Lopes, na *Crónica de D. João I*, ao dissertar sobre a conveniência da obediência dos filhos para com os pais, qualifica de *maa e peçonhenta dessobediencia contra os padres* algumas atitudes do infante D. Afonso para com D. Dinis e do infante D. Pedro para com D. Afonso IV⁵⁸. Sobre o mesmo tema, adverte Rui de Pina que, apesar de não ser *gracioza couza pera ouvir*, a história o obrigava a não calar o que aconteceu entre o infante D. Afonso e D. Dinis,

...principaalmente por mostrar, que hos lizongeyros, e maaldizentes antre hos padres, e hos filhos nunca ajam lugar, nem sejam ouvidos, que se estes nom foram cridos, nom ouvera tantas cauzas de desavença dantre ElRey, e seu filho (...)⁵⁹.

No entender de Pina, foi por ter sido *aconselhado, e induzido falsamente*, que o infante começou a desobedecer ao seu pai⁶⁰.

⁵⁵ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I. Parte Segunda*, cap. CXLVIII, p. 307.

⁵⁶ G. E. de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, cap. XXXVII, p. 117.

⁵⁷ Fernão Lopes, *Crónica de D. João I. Parte Segunda*, cap. XLIV, p. 969.

⁵⁸ Id., *ibid.*, cap. CXLVIII, p. 308.

⁵⁹ Rui de Pina, *Crónica D. Dinis*, cap. XVIII, p. 279.

Diante dessas e de outras passagens menos honrosas da vida dos seus protagonistas, os cronistas, conscientes de que aos reis, mais do que aos outros, cabia respeitar as regras que competiam ao seu estado, quase sempre acrescentam uma conversão ou um arrependimento. Fernão Lopes, por exemplo, mostra que D. Fernando, depois de ter contrariado o que os *antijgos derom por doutrina*⁶¹, tomando por esposa uma mulher que não *resguardava* a nobreza da *sua geeraçom*, se repreende por *teer casado com ella*⁶² e até à morte lamenta ter deixado esse casamento e os seus caprichos pessoais interferirem na condução do seu reino⁶³. Já D. Dinis, segundo Rui de Pina, deu-se a *apetitos nom licitos*, ou seja, deixou-se vencer pelos prazeres da carne e não respeitou *ha inteyra ley do matrimonio*, colocando assim em risco a justiça e a boa governação do seu reino. Só mais tarde, reconhecido das virtudes da rainha D. Isabel e *auerguonhado destas suas fraquezas*, retornou ao *verdadeyro caminho*⁶⁴.

Para finalizarmos, a distinção que, em linhas gerais, pode ser estabelecida entre as incursões pedagógicas dos senhores de Avis e dos cronistas é que, enquanto os primeiros fazem uso da sua própria experiência e dos ensinamentos que extraem de outros autores para alcançarem os seus fins moralizantes, os últimos descrevem os seus protagonistas e narram as histórias passadas com eles, procurando indicar em que momento agiram como convinha e que qualidades desses homens eram louváveis para serem reproduzidas por aqueles que lhes sucederiam.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVAREZ, Frei João. *Crónica do Infante Santo D. Fernando*, edição crítica de Mendes dos Remédios. Coimbra: F. França Amado - Editor, 1911.

DUARTE, D. *Leal Conselheiro*. In: *Obras dos Príncipes de Avis*, edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão - Editores, 1981.

DUARTE, D. *Livro da Ensinança de Bem Cavalgar Toda Sela*, edição crítica de Joseph M. Piel. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986.

JOÃO I, D. *Livro da Montaria*. In: *Obras dos Príncipes de Avis*, edição de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão - Editores, 1981.

⁶⁰ Id., *ibid.*, cap. XVIII, p. 281.

⁶¹ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, cap. LXIII, p. 168.

⁶² Id., *ibid.*, cap. LXIV, p. 169.

⁶³ Id., *ibid.*, cap. CLXXII, p. 475.

⁶⁴ Rui de Pina, *Crónica de D. Dinis*, cap. IV, pp. 234-235.

Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa), edição diplomática de João José Alves Dias. Lisboa: Ed. Estampa, "Imprensa Universitária", 1982.

LOPES, Fernão. *Crónica de D. Fernando*, introdução de Salvador Dias Arnaut. Porto: Livraria Civilização, s/d.

_____. *Crónica de D. João I. Parte Primeira*, edição de Anselmo Braamcamp Freire. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973.

_____. *Crónica de D. João I. Parte Segunda*, edição de William J. Entwistle. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1977.

_____. *Crónica de D. Pedro I*, introdução de Damião Peres. Porto: Livraria Civilização, 1986.

PEDRO, Infante D. *Livro da Virtuosa Bemfeitoria*. In: *Obras dos Príncipes de Avis*, edição de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão - Editores, 1981.

PINA, Rui de. *Crónicas*, edição de Manuel Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmão, 1977.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crónica da Tomada de Ceuta*, edição de Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Academia das Ciências de Lisboa, 1915.

_____. *Crónica de Guiné*. Introdução, novas anotações e glossário de José de Bragança. Livraria Civilização, 1973.

_____. *Crónica do Conde D. Duarte de Menezes*, edição de Larry King. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978.

_____. *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, reprodução facsimilada com nota de apresentação de José Adriano de Freitas Carvalho. Porto, 1988.